

INTRODUÇÃO

Avaliação das escolas dos ensinos básico e secundário: perspectivas para um novo ciclo avaliativo

Ana Maria Bettencourt¹

Gostaria de começar por agradecer ao senhor conselheiro Bártolo Paiva Campos, coordenador da 1.^a Comissão Especializada do CNE, ter concebido este seminário e o apoio prestado à sua realização, ao senhor Doutor Paulo Santiago da OCDE a sua disponibilidade para nos apresentar a perspectiva internacional, às senhoras professoras Maria do Carmo Clímaco, Manuela Terrasêca e Graça Simões a apresentação e realização de trabalhos preparatórios para o CNE, ao senhor conselheiro José Augusto Pacheco e à senhora professora Luísa Veloso a apresentação dos trabalhos de investigação em curso na Universidade do Minho e no ISCTE, aos senhores conselheiros relatores Jorge Marques da Silva e Paula Santos a colaboração essencial nos trabalhos do CNE. Quero ainda agradecer à assessoria do Conselho Nacional de Educação.

O Conselho Nacional de Educação tem prestado a maior atenção à temática da avaliação das escolas não apenas pela sua centralidade, mas também pelas funções que a lei lhe atribui nesta área. Com efeito, pela Lei n.º 31/2002, este Conselho tem a missão de acompanhar o sistema de avaliação das escolas e agrupamentos de ensino não-superior, designadamente através da emissão de pareceres e recomendações.

É neste âmbito que será emitida proximamente uma recomendação sobre a globalidade do primeiro ciclo avaliativo, iniciado em 2006.

¹ Presidente do Conselho Nacional de Educação

O Conselho é um órgão independente, de consulta, que actua por solicitação da Assembleia da República, do Governo ou por iniciativa própria. Integra representantes de todos os parceiros educativos, tendo uma constituição extremamente rica, traduzida na diversidade de olhares sobre a educação e na produção de consensos essenciais à estabilidade política.

Além de poder contar com esta pluralidade de interesses e posições para melhor fundamentar as opções que toma, o CNE faz preceder a aprovação dos pareceres de audições, de estudos, de reflexões em seminário e de debates aprofundados nas suas comissões especializadas.

Temos vindo a acompanhar o processo de avaliação externa das escolas ao longo deste primeiro ciclo, apreciando os seus aspectos positivos, formulando críticas e sugerindo alterações que constam de dois pareceres, um deles publicado em 2008 e outro em 2010. Estes pareceres estão acessíveis no sítio do CNE.

Estava porém estabelecido e foi acordado com a Inspeção-Geral e com o Ministério da Educação que só seriam introduzidas modificações de fundo no modelo após a etapa que agora termina. A matéria em apreço tem sido trabalhada no âmbito da Comissão Especializada que tem a seu cargo o acompanhamento das políticas educativas e a avaliação do sistema. Os debates foram enriquecidos com audições a órgãos de direcção das escolas e outros actores envolvidos, como pais e autarcas, que nos trouxeram a sua visão e experiência dos processos, os pontos fortes, os problemas e limitações. Posteriormente, esses pareceres foram discutidos e aprovados em plenário.

No caso da recomendação de que nos ocupamos, foram também solicitados estudos a especialistas, documentos de trabalho que serão apresentados no decurso deste seminário.

Tem sido nossa política contextualizar as reflexões do Conselho no âmbito internacional e, em especial, no europeu, o que igualmente se procurou contemplar neste seminário com o contributo de um representante da OCDE, o Doutor Paulo Santiago.

O actual processo de avaliação das escolas tem representado um esforço significativo ao nível da concepção, interpretação e implementação, esforço esse realizado quer pela Inspeção-Geral da Educação quer pelas escolas. A este nível merecem referência os projectos que precederam o modelo agora em debate, pelo mérito de terem concorrido para a abertura de dinâmicas de avaliação institucional.

Tive o gosto de ser convidada por agrupamentos com os quais tinha anteriormente colaborado, para participar nas sessões realizadas no início dos processos de avaliação e fui testemunha das apresentações efectuadas pelas escolas ao painel de avaliadores.

É um trabalho que obriga a uma sistematização de dados, explicitação de projectos e identificação de problemas e soluções. Trabalho esse sempre da maior utilidade para a própria escola e que constitui, de algum modo, um passo para que as escolas interiorizem a necessidade de auto-regulação e definam estratégias nesse sentido. Para mim foi, também, muito enriquecedor ter tido esta oportunidade.

Estes processos têm implicado esforço, recursos e dedicação que devem ser valorizados nesta fase de balanço. Creio existirem, contudo, alguns factores que vale a pena referir e que tornam essencial a consolidação de um sistema de avaliação das organizações escolares.

O CNE aprovou no seu último plenário o primeiro relatório sobre o Estado da Educação em Portugal, centrado este ano nos percursos escolares, e que será em breve tornado público. Apesar dos progressos inegáveis registados no acesso à educação, emergem das análises realizadas problemas relacionados com a qualidade do sistema educativo português, com a equidade e com a efectivação da escolaridade obrigatória.

A generalização do acesso à educação básica, elemento essencial ao desenvolvimento do país e dos cidadãos, trouxe consigo dificuldades de gestão da heterogeneidade cultural e social das escolas. A diferenciação de estratégias e a capacidade de intervenção ao primeiro sinal de dificuldades têm constituído uma das tónicas das recomendações do CNE.

Apesar da tendência para a melhoria das aprendizagens e do esforço desenvolvido, persistem, por um lado, resultados insatisfatórios e, por outro, uma correlação ainda elevada entre a origem social dos alunos e os resultados que obtêm. Subsistem problemas que se prendem com as políticas, com os contextos sociais e familiares, mas também com as escolas.

É por isso que no relatório sobre o *Estado da Educação*, para além de uma caracterização global da qualidade dos percursos dos alunos ao nível nacional, quisemos igualmente dar relevo a escolas que conseguiram inverter o ciclo do insucesso e do abandono, apesar das dificuldades da sua população escolar, ligadas à sua origem socio-cultural.

Foram estudadas as singularidades de algumas escolas, mas poderíamos ter estudado muitas outras que deram passos significativos para vencer um dos principais problemas do nosso sistema que é a acumulação, por um número muito significativo de alunos, de dificuldades ao longo de percursos escolares. São dificuldades que se arrastam e que vão comprometer os percursos seguintes.

A produção e difusão de conhecimento sobre as escolas e o modo como se organizam para resolver os seus problemas são decisivos para a melhoria da qualidade das próprias instituições. As práticas de auto-avaliação são imprescindíveis neste processo, além de contribuírem para o reforço da autonomia das instituições e para uma maior responsabilização pela adequação das estratégias educativas às populações a que se destinam.

Há, no entanto, uma aprendizagem que todos temos de fazer e que tem a ver com a motivação das escolas e dos seus protagonistas para mostrarem e escreverem sobre as suas realizações. Sobre o modo como resolvem os problemas, as inovações que desenvolvem e também as suas dificuldades.

Há de facto, muitas vezes, uma resistência das instituições a mostrarem o que fazem. O conhecimento produzido deste modo, quando partilhado em redes de trabalho vocacionadas para o desenvolvimento educativo, pode ser decisivo para a sustentabilidade dos processos.

Este é o momento para analisar o actual modelo da avaliação das escolas, a sua relevância e as suas limitações. Os balanços realizados no âmbito da 1.ª Comissão Especializada do CNE constituem uma sistematização muito importante do que têm sido os trabalhos do Conselho sobre a avaliação externa das escolas em Portugal.

Os relatores da recomendação, senhora conselheira Paula Santos e senhor conselheiro Jorge Marques da Silva, sistematizaram as questões equacionadas no âmbito do acompanhamento que o CNE tem realizado. São questões de uma grande relevância que serão tratadas no decurso deste dia.

Existem, no entanto, dois imensos desafios que se colocam à avaliação externa das escolas e que se cruzam intimamente com as preocupações de que tenho estado a falar.

O primeiro consiste em focar a avaliação externa e o olhar sobre as escolas na qualidade das aprendizagens e dos percursos educativos, na construção de uma maior equidade do nosso sistema, na capacidade de educar para a cidadania e também de lidar com contextos desfavorecidos. É um desafio de grande complexidade, mas decisivo para o futuro.

O segundo consiste na organização de um sistema de acompanhamento das escolas, que decorra da avaliação externa e vise não só ajudá-las a resolver os problemas identificados, mas também a valorizar o trabalho já realizado em prol da melhoria da qualidade dos percursos educativos. Este seminário ajudar-nos-á a delinear respostas a estas questões.

Por último, saliento o enriquecimento que o desempenho desta missão nos tem proporcionado e reconhecimento publicamente a disponibilidade e diálogo construtivo que sempre existiu entre o senhor Inspector-geral, José Maria Azevedo, e o Conselho Nacional de Educação.

